

Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

ATA NÚMERO 20/XIII/ 1.ª SL

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das Atas n.ºs 16, 17 e 18.
2. Discussão do Projeto de Resolução n.º 130/XIII/1.ª (PSD) – Recomenda ao Governo a atribuição dos subsídios de fixação e de compensação para conservadores, notários e oficiais de registos e notariado nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
3. Nomeação de autor de parecer sobre a Proposta de Lei n.º 14/XIII/1.ª (ALRAM) – Alteração ao Código de Processo Civil e ao Código de Procedimento e de Processo Tributário (Cabe ao GP PSD).
4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS - pedido para Audição da ex-Secretária de Estado, Isabel Castelo Branco e do ex-Ministro Miguel Relvas.
5. Outros Assuntos.

1. Apreciação e votação das Atas n.º 16, 17 e 18.

As atas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

2. Discussão do Projeto de Resolução n.º 130/XIII/1.ª (PSD) – Recomenda ao Governo a atribuição dos subsídios de fixação e de compensação para conservadores, notários e oficiais de registos e notariado nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A Senhora Deputada Berta Cabral (PSD) apresentou o Projeto de Resolução.

Foi elaborada uma informação resumindo o conteúdo da discussão que teve lugar nesta sede, a qual foi distribuída aos Coordenadores dos GP's.

3. Nomeação de autor de parecer sobre a Proposta de Lei n.º 14/XIII/1.ª (ALRAM) – Alteração ao Código de Processo Civil e ao Código de Procedimento e de Processo Tributário (Cabe ao GP PSD).

O GP PSD indicou como autora do parecer a Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS - pedido para Audição da ex-Secretária de Estado, Isabel Castelo Branco e do ex-Ministro Miguel Relvas.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou o requerimento, sublinhando, sucintamente, os motivos que lhe estão subjacentes.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) declarou que o PSD nada tem a opor, sem deixar de considerar que esta é uma manobra de diversão relativamente ao processo orçamental. Apresentou um requerimento oral solicitando à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) o relatório elaborado no âmbito da venda do Banco Efisa, para servir de base à audição.

O Senhor deputado Paulo Sá (PCP) declarou acompanhar ambos os requerimentos e realçou que o relatório deverá ser disponibilizado com a antecedência necessária a ser útil nas audições.

O Senhor Deputado Paulino Ascenção (BE) também se mostrou favorável aos requerimentos, notando que há suspeitas de confusão entre negócios públicos e negócios privados. Manifestou abertura para debater novas regras que impeçam este tipo de situações.

Por sua vez, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) afirmou que o CDS-PP votará a favor de ambos os requerimentos, até para esclarecer mais uma situação em que às insinuações públicas não correspondem desenvolvimentos consequentes.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) referiu que a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) resumiu bem o espírito do requerimento e que este se deve, precisamente, às notícias de que o ex-Ministro Miguel Relvas pretender tornar-se acionista da Pivot SGPS, que adquiriu o Banco Efisa, tendo o ex-Ministro Miguel Relvas estado ligado, anteriormente, ao Banco Efisa.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PS), reiterando que o PSD está de acordo com as audições, recordou que o BPN (em cujo universo se encontrava o Banco Efisa) foi nacionalizado por um Governo apoiado pelo PS e que o Banco Efisa foi vendido à melhor proposta, não havendo nada que impeça o ex-Ministro Miguel Relvas de entrar na Pivot SGPS. Caso, após a análise do relatório, se considere que há matéria suficiente para requerer uma audição à UTAM, o PSD proporá a mesma.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) notou o que considera factos menos naturais, como a constituição da Pivot SGPS apenas em julho de 2015 e a empresa que a detém (Aethel) somente um ano antes. Mencionou a carta que lhe foi dirigida, bem como ao Senhor Deputado João Galamba (PS), por parte da Aethel, que considera consubstanciar uma ameaça

velada aos Deputados e um episódio lamentável. Não propõe, ainda, a audição da Aethel até que se realizem as audições propostas.

Os requerimentos foram aprovados por unanimidade.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) recordou ainda que, nestas situações, não estamos perante convocatórias, em rigor, uma vez que não existe obrigatoriedade de os cidadãos acederem a participar em audições com a Assembleia da República fora do enquadramento legal dos inquéritos parlamentares, referindo a Senhora Presidente que, em geral, os cidadãos pretendem colaborar com a Assembleia da República.

5. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordou que os relatórios e o parecer a discutir na reunião do dia seguinte deveriam ter sido remetidos até às 15 horas deste dia, tendo a Senhora Presidente informado que o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) já remeteu o seu parecer.

A Senhora Presidente levantou ainda a questão da possibilidade de uma segunda intervenção, do mesmo Deputado, na segunda ronda, sustentando que, em seu entender, não estando escrita qualquer limitação nesse sentido a mesma não deverá ser estabelecida.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) defendeu que se deve manter essa prática e que os GP's se devem articular internamente nessa questão.

A Senhora Presidente notou que já houve um precedente mas que vai ponderar, tendo o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) referido que esse precedente deverá ser encarado com uma exceção mas que, se os restantes GP's discordarem o PCP não colocará objeções. Realçou ainda a necessidade de, em sede de segunda ronda, não intervirem de forma consecutiva Deputados do mesmo GP. A Senhora Presidente citou o artigo 77.º do Regimento da Assembleia da República para notar que assim terá que ser.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), para finalizar, solicitou que a divisão dos capítulos da proposta de lei que aprova o Orçamento do Estado pelos dias de debate e votação na especialidade, por si proposta, seja distribuído a toda a Comissão.

A reunião foi encerrada às 16:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de fevereiro de 2016

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 17 de fevereiro de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Inês Domingos
Ivan Gonçalves
João Paulo Correia
Margarida Balseiro Lopes
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Berta Cabral
Cristóvão Norte
Júlia Rodrigues
Margarida Mano
Santinho Pacheco
Ulisses Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eurico Brilhante Dias
Hortense Martins
João Galamba
João Pinho de Almeida
Mariana Mortágua
Paulo Trigo Pereira